

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Liberal Class.: 31

Data 10/11/88 Pg.: _____

Professor exporá tese sobre o campesinato na Amazônia

O fracasso econômico da política de incentivos fiscais na Amazônia; a elevação do nível de consciência ecológica dos países da Europa; a municipalização da questão agrária; e a mobilização de setores do campesinato-caboclo, no sentido de garantir novas propostas de exploração econômica dos recursos naturais, através da criação de reservas ecológicas. Essas são algumas das questões a serem debatidas, hoje, às 19 horas, no auditório do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), pelo economista Francisco de Assis Costa, professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e consultor do Programa das Nações Unidas para a Agricultura (PNUD). O economista retornou da Alemanha em abril deste ano, onde defendeu uma tese de doutorado sobre "Camponeses, mercados e acumulação de capitais: formação e desenvolvimento de estruturas camponesas na Amazônia".

Histórico

Francisco de Assis disse que a gênese do processo de formação histórica do campesinato amazônico aconteceu no final do século XVIII, como resultado da inserção do mercado regional na política mercantilista internacional, através da extração da seringa. Para ele, o elo de intermediação que marca a ruptura de passagem do nucleamento tribal para a família camponesa, está configurado na colonização da região pelos religiosos, que, através dos aldeamentos, homogeneizaram as culturas indígenas, patrocinando a imposição dos valores ocidentais. Com a derrota dos religiosos, levada a cabo pela política do Marquês de Pombal, houve a consolidação da base de produção da economia, na primeira fase de exploração da borracha, a partir de 1755. A concentração de uma grande massa camponesa na região, constituiu, por exemplo, a base de movimentos sociais de grande repercussão nacional, como a Cabanagem.

Seringais

O surgimento dos seringais, a partir de 1870, representa uma outra ruptura nesse processo. Segundo o economista, a formação dos seringais foi a fórmula encontrada pelo mercado internacional para a resolução da contradição entre as restrições da oferta — determinadas pelas necessidades dos camponeses-caboclos — e a expansão da demanda. A produção nos moldes extrativistas não interessava à estrutura do capital mercantil, tornando-se necessário o controle da força de trabalho

para adequar a oferta às necessidades do mercado internacional. Para a consolidação dos seringais, contribuiu de maneira determinante o processo migratório do Nordeste brasileiro, que, alimentado pelas adversidades do clima, tornou a estrutura nordestina vulnerável às investidas do capital mercantil.

Apesar de um controle efetivo da força de trabalho, baseada em relações de semi-escravidão da mão-de-obra, a economia camponesa-cabocla continuou existindo e crescendo, dentro dos parâmetros determinados por suas necessidades. Até que, conforme Francisco de Assis, em 1914, aconteceu a grande crise da borracha, em função da produção massiva dos seringais do Oriente. Para o economista, a crise provocou a liberação da força de trabalho concentrada nos seringais da Amazônia, possibilitando a formação de povoados que se caracterizam pela produção agrícola destinada ao abastecimento dos centros urbanos — como os da Zona Bragantina, no Pará —; ou de grandes núcleos familiares de seringueiros autônomos — no Acre, Pará, e em parte do Alto Amazonas. Essas duas vertentes produtivas, na opinião de Francisco de Assis, vão apresentar concepções diversas em relação ao ecossistema amazônico, que se refletem até nos dias de hoje.

Operação Amazônica

Durante a Segunda Guerra Mundial, com a ocupação japonesa da Malásia e de outras colônias européias no Oriente, os Estados Unidos intensificaram as pesquisas para a elaboração da borracha sintética, incentivando, também, o reaparecimento da economia dos seringais na Amazônia, através da indução de novo processo migratório. Com o final do conflito, segundo Francisco de Assis, uma nova ruptura transforma os seringueiros em camponeses, proporcionando a formação das comunidades agrícolas localizadas no Planalto Santareno. O economista disse, entretanto, que a transformação mais efetiva no processo de concentração do campesinato na região Amazônica se dá a partir de 1966, com a elaboração do plano "Operação Amazônica", pelos governos militares, e que delineia a política de ocupação da região de acordo com critérios nitidamente favoráveis ao grande capital.

A partir desse período, a intervenção do Estado reverte o quadro que sempre caracterizou a formação de fronteiras agrícolas no país, garantindo, através de incentivos fiscais e facilidades

para aquisições de grandes extensões de terra, a formação de uma fronteira previamente hegemônica pelo grande capital econômico. O economista disse que, assim, pela primeira vez na história do país, a expansão camponesa aconteceu em um contexto de disputa direta pela posse da terra com as grandes empresas rurais instaladas na região. Apesar disso, no período compreendido entre 1970 e 1980, somente nos Estados do Pará e Rondônia, formaram-se 121 mil novas unidades camponesas, ocupando cerca de 572 mil pessoas.

"Modernização"

O economista acentuou que o principal objetivo dessa estratégia do governo brasileiro era garantir a modernização da agricultura nos grandes centros do país, e, através do bloqueio à produção agrícola da Amazônia, evitar a concorrência de produtos destinados à exportação, e proteger o segmento industrial voltado à produção de insumos agrícolas. Os preços subsidiados e os empréstimos realizados a juros negativos, caracterizaram a política do governo federal nesse período, que exigia a utilização dos créditos para aquisição de insumos agrícolas e maquinários. A crise do mercado interno, no final da década de 70, provocou mudanças substanciais nessa estratégia, obrigando o governo a incentivar a produção de alimentos e agilizar o processo de assentamento em várias regiões da Amazônia.

Fracasso

O fracasso da política de incentivos fiscais do ponto de vista da própria concepção capitalista pode ser exemplificado, disse o economista, pelos dados do Instituto de Pesquisas Econômicas da Amazônia (IPEA). Entre os anos de 1966 a 1985, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o governo federal financiou 674 projetos, que ocupam uma área de 22 mil hectares cada, ou uma área conjunta de oito milhões de hectares. Desse total, mais de quatro milhões de hectares foram transformados em pasto. Em 1985, todos esses projetos produziram apenas 15,7% do que estava previsto. No mesmo ano, em uma amostragem de 60 projetos que deveriam estar em fase de grande efervescência econômica, somente três apresentavam alguma rentabilidade. Em relação à ocupação da mão-de-obra, um conjunto de 57 projetos gerava cerca de 1.582 empregos, sendo que a relação pessoa/hectare era de 0,0037.